

# Inscrições rupestres do Norte de Portugal: novos dados e problemática

Maria João Correia Santos\*

**Resumo:** *O conjunto de várias inscrições rupestres recentemente publicadas insta a uma actualização e reavaliação dos dados já conhecidos, sobretudo no que toca aos textos de carácter votivo ou associados a espaços que se supõem de natureza cultural. Inserem-se neste âmbito os sítios de Pena Escrita (Vilar de Perdizes, Montalegre), Mogueira (Resende, Viseu) e Pias dos Mouros (Argeriz, Valpaços), habitualmente designados como santuários rupestres e que colocam importantes questões de fundo às quais importa tentar responder.*

**Abstract:** *Regarding the assemblage of the new rock inscriptions recently published, it is important to make an update and a re-evaluation of the data known so far, above all in what concerns to votive texts or inscriptions associated with supposed cult places. Within this subject, are the cases of Pena Escrita (Vilar de Perdizes, Montalegre), Mogueira (Resende, Viseu) and Pias dos Mouros (Argeriz, Valpaços), considered as rock sanctuaries and revealing background questions that we must try to answer.*

**Palavras chave:** *inscrições rupestres, santuários rupestres, cultos indígenas*

**Keywords:** *Rock inscriptions, Rock Sanctuaries, Indigenous cults*

## Introdução

Abordar um tema como as inscrições rupestres supõe considerar não só o texto epigráfico em si, mas igualmente o que este pode implicar, desde a perspectiva da sua relação com a paisagem envolvente. Seja alcandorado num maciço destacado na paisagem ou numa rocha quase dissimulada ao rés do solo, ao encontrar-se *in situ*, as inscrições rupestres demarcam o espaço e organizam-no num *logos nem*

\* Instituto Arqueológico Alemán, C/ Serrano, 159, 28002 Madrid. [santos@madrid.dainst.org](mailto:santos@madrid.dainst.org)

sempre facilmente compreensível ao observador actual, entre textos votivos, marcos territoriais<sup>1</sup> e de propriedade<sup>2</sup>; textos comemorativos, assinalando por exemplo a construção de vias<sup>3</sup> ou textos de carácter funerário. Acima de tudo, as inscrições rupestres traduzem uma interacção directa com o local onde que se encontram implantadas, tornando-se, neste sentido, importantes indicadores para a contextualização de realidades arqueológicas com as quais se relacionem.

Mais do que a natureza perene do suporte de pedra, o rochedo integrado na paisagem, pelo seu modo de ser absoluto e a sua atemporalidade, encarna a permanência, sendo por isso o veículo ideal para «inscrever» o humano no plano do divino e imutável. É assim que, do conjunto de inscrições rupestres actualmente conhecidas, a que recentemente se vieram juntar os achados da Laje do Adufe, no Ferro, Covilhã<sup>4</sup> e a inscrição em «língua lusitana» de Arronches<sup>5</sup>, é evidente que a sua maior parte corresponde a textos votivos.

Embora infelizmente nem sempre se tenha conservado a sua localização original, nos casos em que efectivamente isso acontece, estas inscrições constituem importantes elementos para a análise de um tema algo obscuro como é o dos espaços de culto ou santuários de tradição indígena e a sua transição para a romanidade. É interessante observar, neste sentido, que, não obstante tratarem-se de testemunhos de época romana, gravados na sua esmagadora maioria em latim e segundo formulários votivos que pressuporiam, *a priori*, uma nova forma de estabelecer contacto com o divino — e, naturalmente, outra concepção desses poderes sobrenaturais —, o que na realidade se parece observar é um certo padrão de continuidade com as tradições anteriores que assimilam, nesse contexto, novas formas cerimoniais.

Chama, pois, a atenção que a maioria das inscrições rupestres votivas sejam dedicadas a teónimos indígenas e se associem, nestes casos, ou a acidentes orográficos que de algum modo demarcam a paisagem e a fenómenos aquíferos ou a espaços abertos sem qualquer estrutura aparente mas que justamente a epigrafia comprova como lugares de culto ou ainda, a realidades habitualmente designadas como santuários rupestres, nem sempre tão claramente vinculados ao âmbito cultural, mas que parecem obedecer a um certo padrão tipológico. Esta situação de continuidade levanta toda uma série de questões, relativa não só à diversidade de espaços de culto

1. Noval, Soutelo, Chaves (A. RODRÍGUEZ COLMENERO, «*Corpus* de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante noroeste de la Península Ibérica», em A. RODRÍGUEZ COLMENERO, L. GASPERINI (eds.), *Saxa Scripta (Inscripciones en Roca), Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre Epigrafía Rupestre, Santiago de Compostela y Norte de Portugal 1992* (Anejos de Larouco 2), Sada 1995, p. 118. Rigueiral, Sanfins, Valpaços (RODRÍGUEZ COLMENERO, «*Corpus* de inscripciones...», *cit.*, p. 123).

2. As Torres, Carvalhal de Vermilhas, Vouzela (J. D'ENCARNAÇÃO, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa 1975, pp. 256-257; RODRÍGUEZ COLMENERO, «*Corpus* de inscripciones...», *cit.*, pp. 140-141).

3. Numão, Vila Nova de Foz Côa (CIL II, 5028; F.P. CURADO, «Epigrafia das Beiras [notas e correcções-1]», *Beira Alta* 44, 1985, p. 48).

4. FE 80, 2005, p. 359

5. A. CARNEIRO, J. D'ENCARNAÇÃO, J. OLIVEIRA, C. TEIXEIRA, «Uma inscrição votiva em língua lusitana», *Palaeohispanica* 8, 2008, pp. 167-178.

que conforma, mas também ao papel que assumiria a escrita nestes locais. Casos directamente imbricados nesta problemática são justamente os sítios de Pena Escrita, Mogueira e Argeriz que ora propomos analisar.

### No limiar entre os mundos: santuários rupestres e *romanitas*. Os casos de Pena Escrita, Mogueira e Argeriz

No limbo entre o mundo indígena e o contexto socio-cultural romano, mas também no limiar entre a investigação séria e publicações menos científicas, situam-se os chamados santuários rupestres, cuja dificuldade de aproximação levou a que consecutivamente fossem remetidos a um plano marginal no estudo da religiosidade indígena.

Sumariamente, este tipo de sítios caracteriza-se pela repetição e associação de vários elementos sempre talhados em rocha: degraus, geralmente em número ímpar e pias ou cavidades, de planta circular, ovalada ou rectangular, frequentemente conectadas entre si através de canais, igualmente abertos na superfície rochosa.

A dificuldade manifesta de aferir a sua cronologia e funcionalidade, na ausência generalizada de vestígios arqueológicos além da própria rocha, tem desmotivado a investigação destes sítios, exilando-os no limbo obscuro da dúvida. É assim que, de um total de quase centena e meia de sítios referidos como santuários rupestres (fig. 1), são pouquíssimos os que até agora foram alvo de um estudo científico<sup>6</sup> e locais tão claramente importantes como Panóias ou Pena Escrita (Vilar de Perdizes, Montalegre), amplamente referidos na bibliografia, continuam ainda por escavar.

6. Apenas três locais foram escavados até ao momento: Cadeirão da Quinta do Pé do Coelho e Penedo dos Mouros (C. TENETE, S. LOURENÇO, «O Cadeirão da quinta do Pé do Coelho e o Penedo dos Mouros: primeira interpretação como santuários rupestres», *Revista de Guimarães*, Actas do Congresso de Proto-história Europeia, vol. 2, 2000, Guimarães, pp. 775-792), Monreal de Ariza (S. ALFAYÉ VILLA, X.P. RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, A. GONZALO, B. DÍAZ, «Actuación arqueológica en la piedra de sacrificios humanos, Monreal de Ariza [Zaragoza]», *Kalathos* 20-21, 2001-2002, pp. 251-259) e Mogueira (M.J. CORREIA SANTOS, «La arqueología, lo imaginario y lo real: el santuario rupestre de Mogueira (São Martinho de Mouros, Resende, Portugal)», *MM* 53, 2012, in prensa). Contam-se, entres os estudos publicados sobre este tema, os de Benito del Rey & Grande del Brio (L. BENITO DEL REY, R. GRANDE DEL BRÍO, *Santuarios rupestres prehistóricos en el Centro-oeste de España*, Salamanca 2000; L. BENITO DEL REY, H.A. BERNARDO, M. SCHÁNCHEZ RODRÍGUEZ, *Santuarios rupestres prehistóricos de Miranda do Douro [Portugal] y de su entorno de Zamora y Salamanca [España]*, 2 vols., Salamanca 2003), Rodríguez Colmenero (A. RODRÍGUEZ COLMENERO, «*Deorum Temene*. Espacio sagrado y santuarios rupestres en la *Gallaecia* romana. Un intento de clasificación», em *Actas do III Congreso de Arqueología Peninsular*, vol. VI, Porto 2000), García Quintela (M.V. GARCÍA QUINTELA, R. BRAÑAS ABAD, F. CRIADO BOADO, C. PARCERO OUBIÑA, M. SANTOS ESTÉVEZ, *Soberanía e Santuarios na Galicia Castrexa*, Touxosoutos, A Coruña 2006), Santos Estévez (M. SANTOS ESTÉVEZ, «Arte rupestre y recintos rituales en la Edad del Hierro», em M.A. CASTIÑEIRAS, F. DÍEZ PLATAS (eds.), *Profano y pagano en el arte gallego*, Santiago de Compostela 2002, pp. 39-94); Fabián García (J.F. FÁBIAN GARCÍA, «Altars rupestres, peñas sacras y rocas con cazoletas. Ocho nuevos casos abulenses y uno salmantino para la estadística, el debate y la reflexión», *MM* 51, 2010, in prensa); Alfayé Villa (S. ALFAYÉ VILLA, *Santuarios y rituales en la Hispania Celtica*, B.A.R., Oxford, 2009).

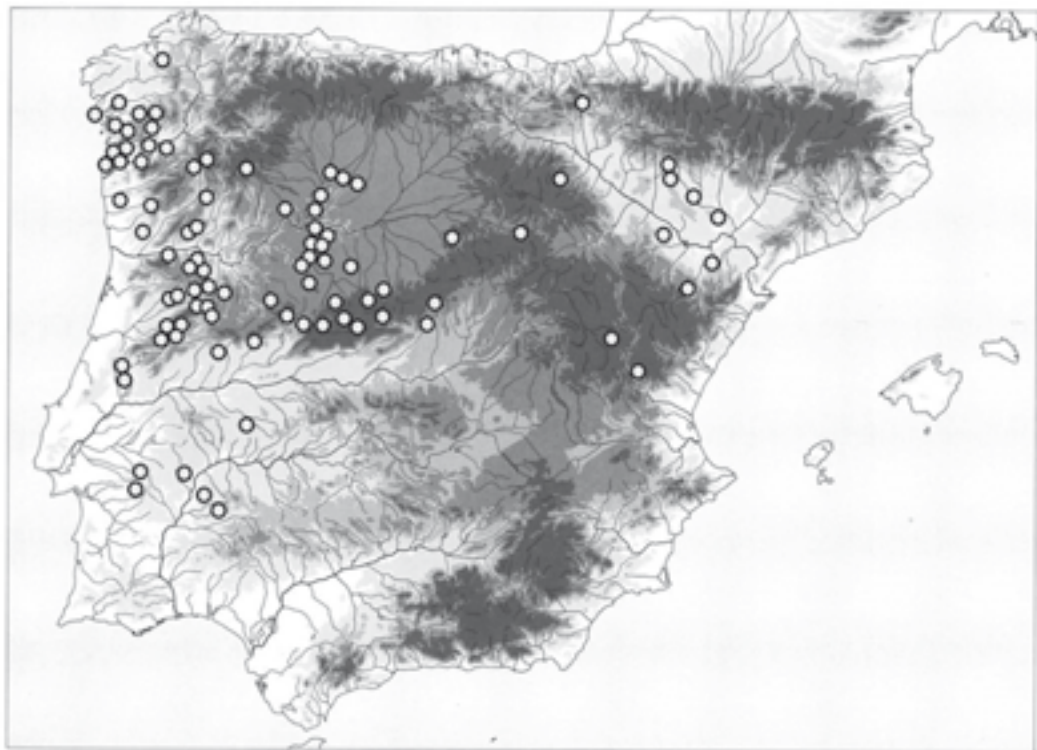


Fig. 1.

Raramente são incluídas coordenadas de localização nos trabalhos publicados e a documentação gráfica e topográfica é geralmente deficiente ou, na maior parte dos casos, inexistente. Alguns destes sítios, sobretudo no que diz respeito às pias ou cavidades que integram, são também frequentemente confundidos com as unidades de produção vinícola talhadas na rocha conhecidas como *lagaretas* e vice-versa, sendo estas também muitas vezes apodadas como «pias de sacrifício»<sup>7</sup>, ainda que as suas características sejam distintas e, na maior parte dos casos, facilmente identificáveis.

Não espanta, pois, neste contexto que, embora vários destes sítios sejam conhecidos desde há muito e seja evidente a sua importância, continue a faltar um estudo sistemático e contextualizado desta realidade arqueológica; situação que justamente motivou o projecto de investigação em curso, centrado nesta temática e no qual se inserem os locais aqui discutidos.

O facto de alguns destes monumentos traduzirem evidências de utilização em época romana, justamente através de inscrições rupestres, levou vários investigadores<sup>8</sup> a considerá-los como manifestações surgidas unicamente no quadro da romanização. O exemplo mais citado a este propósito é, sem dúvida, Panóias (Vale de Nogueira, Vila Real), no entanto, são vários os aspectos que indicam a utilização do local em época anterior<sup>9</sup> (fig. 2). A existência deste tipo de sítios em contextos indígenas não romanizados como é o caso do «altar» do castro de Ulaca (Solosancho)<sup>10</sup> (fig. 3), em Ávila; a sua associação a inscrições ou aras votivas com onomástica tipicamente indígena ou a invocação de teónimos indígenas; bem como a evolução tipológica que a análise de mais de uma centena de sítios começa a tornar clara; sugerem em

7. E.C. MARTÍN DE CÁCERES, «La producción doméstica del vino en la Antigüedad Romana entre las recomendaciones de los agrónomos y las evidencias arqueológicas», em S. CELESTINO PÉREZ (ed.), *II Simposio Arqueología del Vino*, Madrid 1996, pp. 63-78.

8. A.C.F. SILVA, *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira 1986, p. 300; COLMENERO, «Corpus de inscripciones...», *cit.*, p. 61; C. FABIÃO, «A romanização do actual território português», em J. MATTOSO (ed.), *Historia de Portugal*,

9. Morfologicamente, trata-se de um conjunto de afloramentos graníticos, nos quais foram talhadas cavidades, encaixes e degraus; mas o mais interessante é a existência de um conjunto de inscrições rupestres, dedicadas a várias divindades, que reproduzem uma sequência de instruções litúrgicas, através das quais sabemos exactamente para o que é que serviam as cavidades que se lhes associam, como estudado em detalhe por Alföldy (G. ALFÖLDY, «Inscripciones, Sacrificios y Misterios: El Santuario Rupestre de Panóias. Informe Preliminar», *MM* 36, 1995, pp. 252-258; G. ALFÖLDY, «Die Misterien von Panoias (Vila-Real, Portugal)», *MM* 38, Mainz 1997, pp. 176-246). A origem indígena deste espaço sagrado é aceite por vários autores (RODRÍGUEZ COLMENERO, 2000, *cit.*: 12-38; A. TRANOY, «Panóias ou les rochers des dieux», *Conimbriga* 43, 2004, pp. 90-94) com base na invocação aos *numina* dos *Lapitae*; habitualmente interpretado como etnónimo indígena, ainda que Gil (J. GIL, «Notas sobre el Lusitano», em *Actas del II Colóquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, Lisboa, Salamanca 1985, p. 364) alerte para a possibilidade de uma leitura alternativa desta sequência, como *ex lapide aram*. É, no entanto, a própria rocha que mais claramente comprova um momento anterior de utilização deste espaço, manifesto sobretudo no facto de algumas cavidades de origem natural, nas quais foram abertos artificialmente canais, encontrarem-se cortadas e, portanto, sobrepostas pela abertura dos entalhes e cavidades ortogonais que, morfológicamente, se associam às inscrições.

10. Segundo os seus escavadores. Vide C.F. POSAC MON, «Solosancho (Ávila)», *Noticiario Arqueológico Hispánico* 1, 1953, pp. 63-74; J.R. ÁLVAREZ SANCHÍS, *Los vettones* (Biblioteca Arqueológica Hispana 1), Madrid 1999; J.R. ÁLVAREZ SANCHÍS, C. MARÍN, A. FALQUINA, G. RUIZ ZAPATERO, «El oppidum vettón de Ulaca y su necrópolis», *Zona Arqueológica* 12, 2008, pp. 338-363.



Fig. 2.

conjunto tratar-se de uma expressão de origem ou, talvez mais correctamente, de tradição pré-romana, posteriormente adaptada a novas formas cerimoniais, de que as inscrições constituirão o melhor testemunho.

*Pena Escrita (Vilar de Perdizes, Montalegre)*

Registado pela primeira vez em 1978 pelo Padre Lourenço Fontes, o chamado altar da Pena Escrita tem sido, ao longo dos anos, frequentemente citado na bibliografia a propósito de duas aras votivas identificadas na sua proximidade, sem que, porém, o sítio em si tivesse merecido grande atenção por parte dos vários autores. Incluído no projecto de investigação actualmente em curso, o local, não tinha até à presente data, coordenadas referenciadas ou qualquer tipo de levantamento gráfico rigoroso.

No início dos anos 80, Rodríguez Colmenero<sup>11</sup> refere-se muito brevemente a este sítio, seguido por Tranoy<sup>12</sup> e Blázquez<sup>13</sup> que, muito embora situando-o erradamente



Fig. 3.

11. A. RODRÍGUEZ COLMENERO, *Augusto e Hispania. Conquista y organización del norte peninsular*, Deusto-Bilbao 1979, lam. 12; A. RODRÍGUEZ COLMENERO, «El culto a los montes entre los galaico-romanos», em *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães 1980, p. 21.

12. A. TRANOY, *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris 1981, p. 281.

13. J.M. BLÁZQUEZ, *Primitivas religiones ibéricas: II, Religiones prerromanas*, Madrid 1983, pp. 230-231.

em Portela de Larouco, lhe dedica algumas linhas, descrevendo-o como uma «peña aquillada de dos metros de altura, con toscos escalones excavados en la roca y con rozaduras y rebajes en la parte superior, con un hoyo rectangular de 40 × 20 × 25 cm, enmarcado dentro de un saliente de 50 × 80 cm, donde se harían las libaciones de que habla el ritual de Panóias».

Mais tarde revisitado por Rodríguez Colmenero<sup>14</sup>, o autor volta a descrever o local, assinalando a presença do que na altura lhe pareceu serem duas inscrições rupestres no lado NW da estrutura: a primeira, que interpretou como I(ovis) Soc(io) LAROCVO e a segunda, com o texto LA[ROCV]O/ M(ílites) LEG(ionis) VII P(iae) F(elicis) C(enturiae). Em publicação posterior<sup>15</sup>, o autor assinala, porém, que ao voltar ao local pôde verificar que as aparentes inscrições se tratavam, na realidade, de crescentes gravados na rocha.

A referência mais recente entretanto publicada sobre o sítio, por Inês Vaz<sup>16</sup>, evoca-o como santuário rupestre e mais em concreto, como «penedo-templo» num esforço de estabelecer uma tipologia para este tipo de sítios. Trata-se, no entanto, também de uma referência sumária e que apresenta vários equívocos. Vaz assinala, por exemplo, que o sítio se localiza junto à capela de Nossa Senhora da Saúde, o que não acontece, encontrando-se esta a vários quilómetros. Da mesma forma, o autor refere que o sítio «apresenta cavidades destinadas às libações» e que, embora não se notem inscrições, «as cartelas subsistentes e vestígios de letras mostram que elas existiram». Na realidade, porém, apenas existe uma única cavidade e conforme demonstrou a observação atenta do local, após a total limpeza da sua superfície, não se registam quaisquer cartelas ou vestígios de letras, ou quaisquer gravuras rupestres.

Localizado nas coordenadas 41°50'49,58" N e 7°38'32,51" W, o sítio da Pena Escrita encontra-se numa rechã, em terrenos de cultivo bem irrigados, a cerca de 200 m em linha recta do lado direito da estrada municipal que, em Vilar de Perdizes, desemboca na estrada de Chaves em direcção a Montalegre. Trata-se de um afloramento granítico, pouco destacado do solo, no qual foram talhados três degraus estreitos que acedem ao topo da rocha, tendencialmente plana, onde foi aberta uma cavidade rectangular, com 50 × 20-25 × 26 cm de dimensão, demarcada por moldura ortogonal tripla, por sua vez, enquadrada por um entalhe ortogonal recortado (fig. 4).

Morfologicamente, a estrutura talhada aproxima-se da configuração de um altar votivo, com *foculus* central. Os degraus são particularmente estreitos — com uma profundidade de 8 cm por 12 cm de altura, o primeiro; 9 cm de profundidade por 18 cm de altura, o segundo; e 12 cm de profundidade por 7 cm de altura, o terceiro —, parecendo obedecer mais a uma necessidade simbólica do que propriamente funcional (fig. 5a,b). Imediatamente a seguir ao último degrau, no entalhe sub-

14. A. RODRÍGUEZ COLMENERO, *Aquae Flaviae I: Fontes Epigráficas*, Braga 1987-1988, p. 21.

15. A. RODRÍGUEZ COLMENERO, *Corpus-Catalogo de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante Noroeste de la Península Ibérica*, A Coruña 1993, p. 92.

16. J.L.I. VAZ, «Tipologia dos santuários rupestres de tradição paleohispânica em território português», em *Loquuntur Saxa, Religiões da Lusitânia*, Lisboa 2002, p. 41.



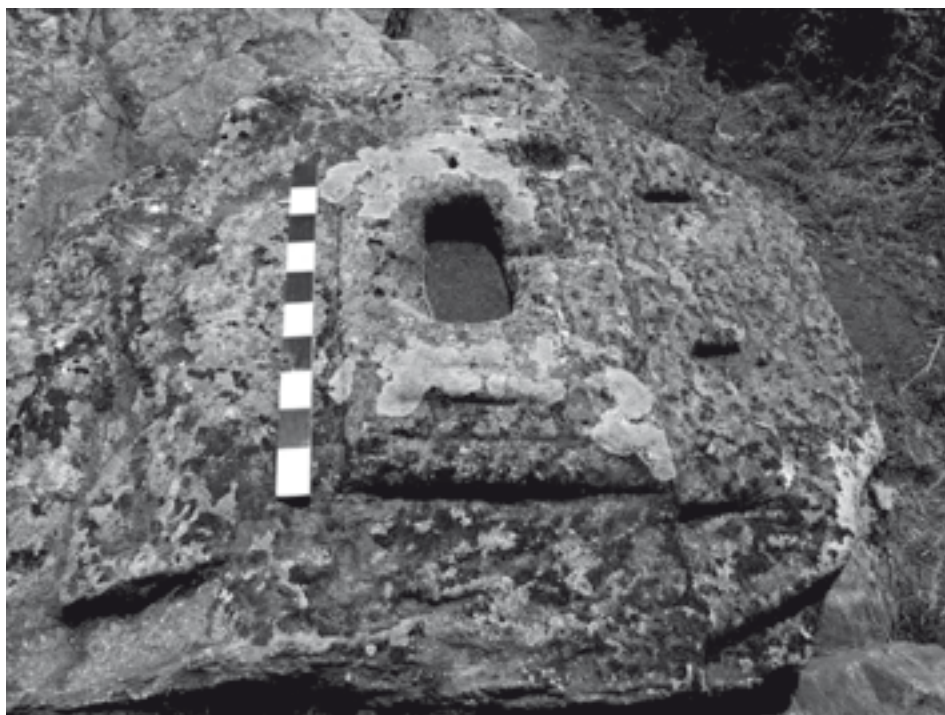


Fig. 4.

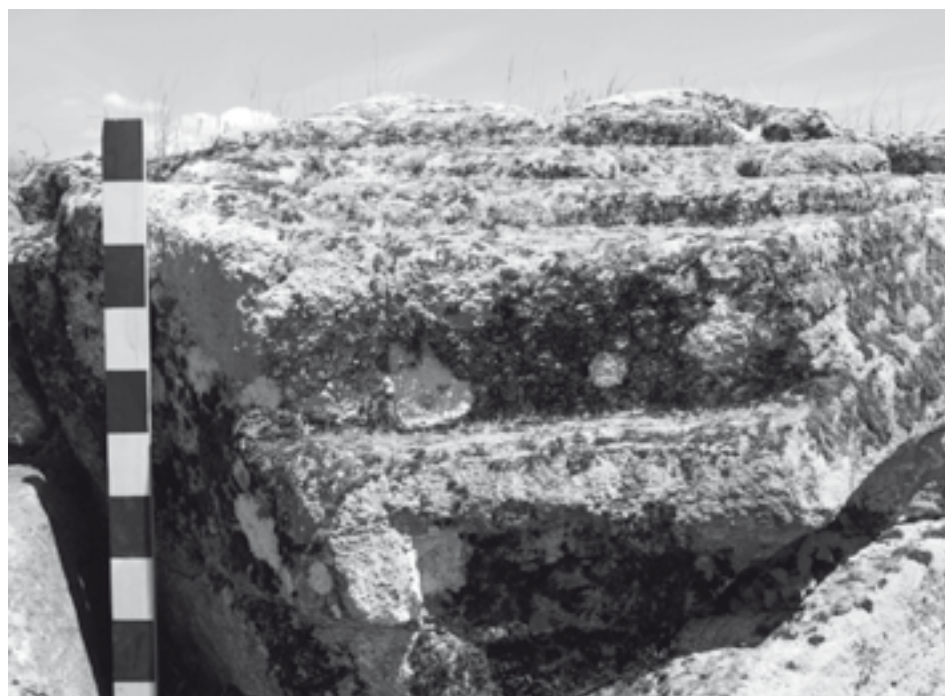


Fig. 5a.



Fig. 5b.

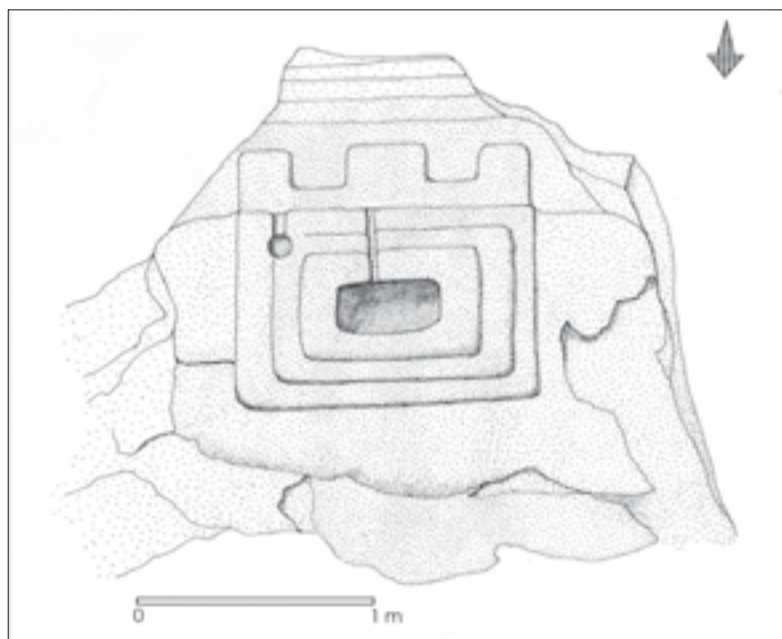


Fig. 6.

rectangular recortado que enquadra a moldura e a pia, distinguem-se dois entalhes rectangulares, dispostos segundo um claro eixo de simetria em relação à cavidade praticada na rocha e com dimensões idênticas (fig. 6).

Este aspecto leva a recordar a notícia da descoberta de duas aras votivas próximo do local, cuja altura e dimensões da base são igualmente semelhantes entre si (fig. 7). O primeiro destes monumentos, apresenta o texto LARAVC/O . D . MAX/ PE(*vel* F) D MAX/VMO. V/ A. S.<sup>17</sup>; lendo-se no segundo, IOVI/ O MAX/ CAPITO/CARAI/ V L A S.<sup>18</sup>. No entanto, e muito embora se reitere que ambas as aras foram encontradas em Portelo<sup>19</sup>, perto da Pena Escrita, não se trata de uma relação de proximidade imediata, que permita relacioná-las directamente com esta estrutura, embora tal seja tentador. De facto, também neste sentido apela o próprio topónimo de «pena escrita» que, na ausência de qualquer inscrição ou gravura rupestre, conforme pôde efectivamente ser confirmado em visita ao local, poderia ter estado relacionado com outros suportes «escritos», hoje desaparecidos e que teriam estado associados à estrutura rupestre (fig. 8).

Atendendo ao exposto e à regularidade e semelhança de proporções que apresentam os entalhes rectangulares antes descritos, parece, de qualquer forma, verosímil que estes correspondam aos sócalos de duas aras votivas, o que abre novas perspectivas de análise para este tipo de estruturas.

No que diz respeito à possível cronologia do monumento, com base na sua morfologia e ortogonalidade dos entalhes praticados, pode-se considerar a hipótese de situá-lo em época romana, considerando os paralelos tipológicos no âmbito do estudo comparativo dos sítios até agora identificados. Trata-se, para todos os efeitos, de uma estrutura que não materializa diferentes fases de utilização, ao contrário, por exemplo, do sítio de Mogueira em que, são manifestas diversas soluções que parecem traduzir a adaptação daquele espaço ao longo do tempo.

17. Havendo ainda, porém, alguma polémica quanto à leitura correcta. A. Rodríguez Colmener, *Aquae Flaviae I: Fuentes epigráficas*, 2ª ed., Chaves 1997, p. 148, sugere LARAVC/O. D(eo). MAX(imo)/ PED(ronio) MAX/VMO. V(otum)/ [L(ibens)] A(nimo). S(olvit). Mais recentemente, C. Búa Carballo, *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-gallega*, tesis doctoral inédita, Universidad de Salamanca 2000, p. 406, propôs a restituição LARAVC/O . D(.) . MAX(uminus)/ P(ro) F(ílio) D(.) MAX/VMO. Vide, igualmente AE, 1980, p. 0579; A.L. FONTES, «Culto ao deus Larouco, Jupiter e Ataegina», em *Actas do Seminario de Arqueologia do Noroeste Peninsular, III*, Guimarães 1980, p. 11; HE 1994, p. 1094.

18. IOVI/ O(ptimo) MAX(imo)/ CAPITO/CARAI/ V(otum) L(ibens) A(nimo) S(olvit). Vide, a propósito, A. TRANOY, *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris 1981, p. 281; J.M. GARCIA, *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às «Religiões da Lusitania»* de J. Leite de Vasconcelos. *Fontes epigráficas*, Lisboa 1991, p. 409; RODRÍGUEZ COLMENERO, *Aquae Flaviae...*, cit., pp. 64-65; BÚA CARBALLO, *Estudio lingüístico...*, cit., p. 65.

19. FONTES, «Culto ao Deus Larouco...», cit., pp. 5-20.



Fig. 7.



Fig. 8.



Fig. 9.



*Fig. 10.*



*Fig. 11a.*



Fig. 11b.

### O sítio de Mogueira (Resende, Viseu)

Implantado sobre um imponente esporão rochoso que domina o vale do Douro, nas coordenadas  $41^{\circ}06'45,3''$  N e  $007^{\circ}53'34,2''$  W, o sítio de Mogueira reveste-se de características excepcionais, ao integrar numa área de mais de 10 he., um conjunto de oito inscrições rupestres e numerosas estruturas talladas na rocha (fig. 9, 10 e 11a,b).

Trata-se de um local constituído por duas áreas bem demarcadas: por um lado, um recinto fortificado que se desenvolve em torno do esporão rochoso, delimitado por duas linhas de muralha (fig. 12) e por outro lado, a área que se desenvolve em seu torno. Desde os finais do séc. XIX, que este sítio é considerado como um castro luso-romano: as muralhas foram consideradas tipicamente castrejas e as estruturas no seu interior (fig. 13) têm sido relacionadas com a utilização deste espaço como santuário, chegando mesmo a falar-se de um templo luso-romano de arquitectura híbrida<sup>20</sup>.

Identificado pela primeira vez em 1891 por Vasconcelos<sup>21</sup>, o autor refere a existência, em quase todas as rochas que constituem o local, de pias, cavidades e degraus, encontrando-se igualmente fragmentos de *tegulae* e escórias nas suas vertentes. O sítio é posteriormente visitado por Mantas<sup>22</sup> e por Pessoa e Ponte<sup>23</sup>, que registam igualmente diversas estruturas, entre as quais uma rocha com entalhes que apelidam ambos de «mesa de altar».

20. V.G. MANTAS, «A inscrição rupestre da estação luso-romana de Mogueira (Resende)», *Revista de Guimarães* XCIV, 1984, p. 365.

21. J.L. DE VASCONCELOS, «A Mogueira», *O Archeologo Português* 1, 1895, pp. 9-10.

22. V.G. MANTAS, «A inscrição rupestre da estação luso-romana de Mogueira (Resende)», *Revista de Guimarães* XCIV, 1984, pp. 363-364.

23. M. PESSOA, S. DA PONTE, «Contributo da Mogueira (Resende) para o estudo comparativo dos santuários rupestres», em *Lucerna*, vol. II, 2ª série, Porto 1987, pp. 264-265.



Fig. 12.



Fig. 13.



Algo nunca foi referido a propósito da Mogueira é, porém, a existência de uma rocha, aparentemente isolada no cume do recinto fortificado, com várias cavidades, naturais e artificiais e um conjunto de sete degraus (fig. 14), muito parecida ao altar de Ulaca, o que se torna ainda mais sugestivo se tivermos em conta a presença das várias inscrições rupestres.

No entanto, os resultados obtidos na escavação arqueológica realizada em 2009 permitiram não só desmentir a cronologia castreja e romana para o que se supunha ser um importante santuário rupestre em publicações anteriores, correspondendo esta área em concreto a uma fortificação claramente medieval; mas permitiram também identificar a área do santuário que efectivamente existiu, não no cume, mas numa área de meia vertente, relacionado com uma pequena ribeira, ao longo da qual se distribuem gravuras e inscrições rupestres.

A primeira e mais conhecida das inscrições, publicada pela primeira vez em 1985 por Mantas, situa-se nas coordenadas  $41^{\circ}06'41,4''$  N e  $007^{\circ}53'37''$  W, encontrando-se gravada numa parede rochosa artificialmente desbastada para o efeito, com um campo epigráfico de  $180 \times 200$  cm (fig. 15 e 16). As letras encontram-se profundamente gravadas, não colocando problemas de leitura, à excepção do início da l. 2., mais desgastado e das letras profundamente afectadas pela fenda que corta todo o campo epigráfico, na vertical. Provocada pelo crescimento de um pinheiro na parte superior da própria rocha, entretanto removido, esta fenda tem vindo a dilatar, encontrando-se actualmente mais larga 10 cm do que estava quando Mantas a fotografou pela primeira vez.



Fig. 14.



Fig. 15.

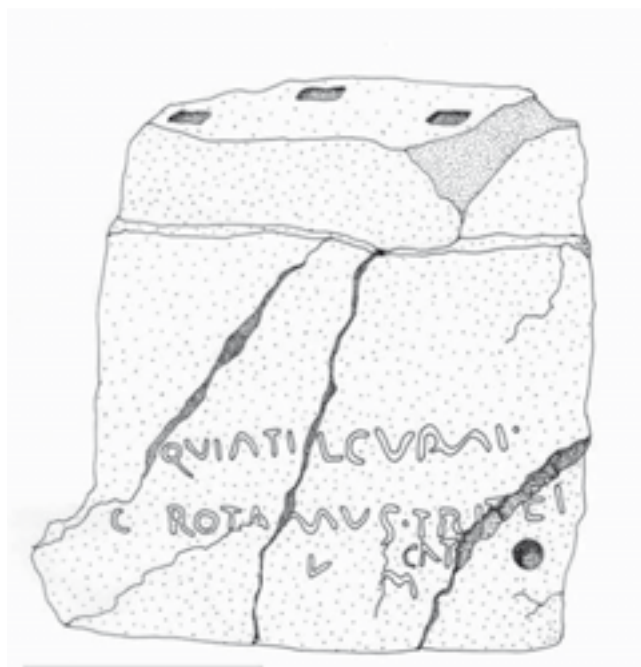


Fig. 16.

A primeira leitura desta inscrição, avançada por Mantas<sup>24</sup> propunha: QVIATIA CVMI (filia)/ ROTAMVS . TRI(T)EI(filius)/ CAT (¿) [...] / V(otum) M(erito), sendo que o nome da divindade estaria abreviado em CAT. Posteriormente, Rodríguez Colmenero<sup>25</sup> avançaria a leitura de QVIATIL(ius) CVAMI (filius) / CVROTAMVS TRITEI (filius) / CAT(uroni) v(otum) M(erito) [s(olverunt)], salvaguardando porém, não se encontrar totalmente convencido da natureza votiva do texto. Em visita ao local e observando atentamente o texto gravado, sob várias declinações de luz, natural e artificial e após a execução de decalque, parece no entanto mais seguro e coerente propor uma leitura alternativa.

Observa-se, logo no início da l. 1. QVI ATI, a que se segue claramente um L, e depois, CVAMI, com nexa em AM; a l. 2 é efectivamente iniciada com um C, a que se segue um espaço bastante erosionado, não obstante, com espaço para outra letra e, logo depois, claramente ROTAMVS e TRITEI, ainda que este último tenha sido afectado pela fractura da rocha. Na l. 3., distingue-se apenas a lição CAT, sendo de notar a diferença de tamanho das letras e o absoluto desrespeito pela «paginação» do texto. Por fim, na l. 4. apenas se observa v e m, não tão profundamente gravados como as l. 1 e l. 2, mas de tamanho similar e posicionado sensivelmente ao centro do campo epigráfico.

Tendo em conta as propostas anteriores e a observação atenta da inscrição, parece mais adequado e conforme ao texto efectivamente gravado, na l. 1., a leitura de QVI(NTUS) ATIL(ius) CVAMI (filius). Esta solução não só permite resolver o duplo *apax* onomástico das propostas anteriores, manifesto na associação de QVIATIA *vel* QUIATIL(ius) e CVAMI, como integrar num todo lógico a linha seguinte, ainda que *Cuami*, possivelmente derivado de *Cuamius*, continue aqui a representar o único caso conhecido até agora.

Na l. 2 é possível considerar duas hipóteses, atendendo à impossibilidade de ler uma eventual segunda letra, a seguir ao c. Neste sentido, podemos supor, como primeira hipótese, c(aius) ROTAMVS TRITEI (filius), sendo que *Rotamus*, embora pouco comum, está efectivamente atestado como antropónimo na *Germania*<sup>26</sup> figurando ainda como o nome de um dos bispos que assinam o édito de Milão de 313, segundo parece, procedente da Gália Narbonense<sup>27</sup>. Como segunda hipótese, poderíamos talvez considerar C[O]ROTAMVS TRITEI (filius), em vez de *c(u)rotamus* proposto por Rodríguez Colmenero, visto que o radical *Cor-* encontra-se relativamente bem representado no panorama linguístico indígena<sup>28</sup>. No entanto, a observação

24. V.G. MANTAS, *op. cit.*, p. 365.

25. A. RODRÍGUEZ COLMENERO, «*Corpus de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante noroeste de la Península Ibérica*», em A. RODRÍGUEZ COLMENERO, L. GASPERINI (eds.), *Saxa Scripta (Inscripciones en Roca), Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre Epigrafía Rupestre* (Anejos de Larouco 2), Santiago de Compostela, Norte de Portugal, 1992, Sada 1995, pp. 206-208.

26. *AE* 1986, p. 78.

27. Eusébio DE CESAREIA, *HE* X, p. 5.

28. Coroc[a]judius (Meixedo, *CIL* II, p. 2462; p. 5612; *HEp* 10, p. 744); Corocuta (Mérida, *CIL* II, p. 550; *AE* 2000, p. 87); Corobulti (Santo Estevão, *Hep* 13, p. 993; *AE* 1984, p. 483); Coropoti (Torrejón el Rubio, *AE* 1991, p. 977).

do campo epigráfico à noite e com luz rasante não deixa dúvidas quanto à efectiva inexistência de qualquer letra neste espaço, encontrando-se a superfície da rocha perfeitamente alisada, pelo que devemos optar pela primeira hipótese.

Quanto à lição da l. 3 — CAT —, quer a diferença de gravação e de tamanho, quer o evidente desfasamento em relação ao ordenamento do texto anterior, leva a que se deva considerá-la com cautela, constituindo muito possivelmente uma adição posterior. A proposta, avançada por Mantas, de ver em CAT a abreviatura do nome de uma divindade é, em si mesmo frágil, derivada da necessidade de encontrar um teónimo para um texto votivo. Por sua vez, o desdobramento de Rodríguez Colmenero em CAT(uroni filius) esbarra numa certa falta de lógica com o segmento precedente.

Por fim, na l. 4 parece pacífico admitir a lição v(otum) m(erito), parecendo esta enquadrar-se morfológicamente no texto anterior que, neste caso, devemos considerar como votivo, independentemente de não ter expresso o nome da(s) divindade(s), situação perfeitamente admissível em contextos de santuário e já por diversas vezes comprovada<sup>29</sup>. Neste sentido, a lição CAT da l. 3., poderá muito simplesmente corresponder à abreviatura do nome de outro dedicante que posteriormente visitou este espaço.

Atendendo ao exposto, propõe-se dividir a inscrição em dois textos, com a seguinte leitura:

Texto 1 - QVI(ntus) ATIL(ius) CVAMI (filius).

C(aius) ROTAMVS . TRITEI (filius).

v(otum) m(erito solverunt)

Texto 2 - CAT(urus *vel* Catuenus)

Cinco metros à direita deste texto, noutra panela rochosa também artificialmente aplanado, existe uma outra inscrição, iniciada por um v, ao qual se seguem vários traços verticais (fig. 17 e 18). Esta outra realidade foi, até agora, mencionada apenas por Rodríguez Colmenero<sup>30</sup> que assinala ser possível tratar-se de «una persona o una série de personas, presumiblemente analfabetas, que fuesen marcando com rayas, trás la v inicial grabada por un entendido, los votos sucesivos que se iban realizando», interpretação que, no contexto do local, nos parece de verosímil, somando, neste caso um total de 41 «votos».

Cerca de 100 metros em linha recta, acima da primeira inscrição e igualmente gravadas sobre as paredes verticais do afloramento rochoso, situa-se o conjunto das restantes quatro inscrições identificadas, nas coordenadas de 41°06'42,6"N e

29. Veja-se, a propósito, o caso do possível santuário privado dedicado a *Besenla*, onde, de um conjunto de quatro aras consagradas pelo mesmo dedicante, apenas a apresenta a invocação da divindade (*FE* 138; *AE* 1989, p. 384; J.L.I. VAZ, *Civitas de Viseu: Espaço e Sociedade*, Coimbra 1997, pp. 206-210; M.M. ALVES DIAS, C.I. GASPAS, «Indigenous Deities in the Portugueses Lusitania: Private Cults / Public Cults», in M. HAINZMANN (coord.), *Auf den Spuren keltischer Götterverehrung*, Wien 2003, pp. 9-14).

30. RODRÍGUEZ COLMENERO, «*Corpus de inscripciones rupestres...*», *cit.*, p. 208.



Fig. 17.



Fig. 18.

007°53'36,2" w. Três destes textos foram recentemente publicados por Silva e Vaz<sup>31</sup>, muito embora interpretados como sete inscrições distintas (fig. 19).

A primeira inscrição, considerada como duas inscrições separadas pelos autores, desenvolve-se em moldura e apresenta uma sequência de nexos equívocos. Silva e Vaz<sup>32</sup> propõem para o primeiro texto a leitura SAMA(ius) *vel* SAMA(lus), ou em alternativa, SA(crum) MA(tribus), desdobrando o que consideram o segundo texto como L(ari) COVTVM I. A organização do texto em moldura relativamente regular, o idêntico tipo de gravação, profundamente marcado, o regular tamanho das letras e o sentido que mais facilmente se depreende ao considerar a sequência em conjunto, pode sugerir esta sequência como um único texto, sendo, porém igualmente possível estarmos ante dois textos separados, ou seja, dois dedicantes (fig. 20). Propõe-se, neste sentido, a leitura alternativa de: SAMA(lus) L(ucius?) COVTIANE (fius).



Fig. 19.

31. E.J.L. SILVA, J.I. VAZ, «Novas inscrições rupestres do castro da Mogueira (Resende)», em *Saxa Scripta, Actas do III Simpósio Ibero-Itálico de Epigrafia Rupestre*, Viseu 2001, pp. 80-82.

32. SILVA, VAZ, «Novas inscrições rupestres...», *cit.*, pp. 80-81.

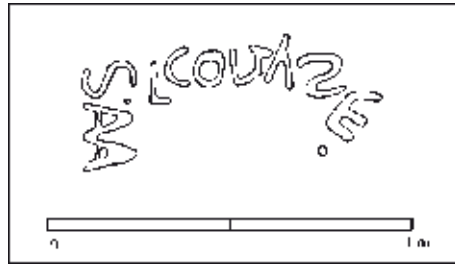


Fig. 20.

Diante da comprovada existência do nexu AMA, a interpretação da sequência como *Samalus* proposta por Silva e Vaz parece a mais acertada, encontrando correspondência num nome já registado na onomástica indígena (*ILER 114*). Pelo contrário, nada sugere a alternativa proposta pelos autores de SA (crum) MA (tribus), sobretudo tendo em conta o resto da inscrição que aqueles consideram como textos separados e, na realidade, parece tratar-se de um só. Quanto à anterior leitura de L(ari) COVTMI, o que efectivamente está gravado é L COVTIANE, com nexos em VT e em IA, nome que, apesar de apenas se registar aqui nesta forma, tem paralelo directo em *Coutieni*, atestado em Cória<sup>33</sup>, relacionando-se igualmente com o recorrente gentílico *Coutius*, registado em oito inscrições apenas na Lusitânia<sup>34</sup>.



Fig. 21.

A segunda inscrição do conjunto, gravada na vertical, não coloca quaisquer dúvidas de leitura, apresentando profundamente gravado o texto DVER, com nexu em VE (fig. 21). Silva e Vaz<sup>35</sup> interpretam esta sequência como D(eo) VER(ore), reportando-se ao teónimo existente em Lugo e Pontevedra, embora na Granjinha, não muito longe de Mogueira, se registre a forma *Dueroeico*<sup>36</sup>. No entanto, é igualmente possível supor em DVER a abreviação de *Duerta*, antropónimo efectivamente atestado e registado inclusive nesta área geográfica, em Bouçoães<sup>37</sup> e que nos parece

33. *ILCoria*, p. 87; *HEp* 8, p. 54.

34. *AE* 1977, p. 427; *AE* 1983, p. 499; *AE* 1977, p. 427; *Hep* 7, p. 1300; *Hep* 10, p. 750; *Hep* 13, p. 947.

35. SILVA, VAZ, «Novas inscrições rupestres...», *cit.*, p. 82.

36. *AE* 1987, p. 0562b.

37. *Hep* 07, p. 01249.

a hipótese mais segura, atendendo a que todas as inscrições identificadas se referem a antropónimos.

Silva e Vaz<sup>38</sup> consideram ainda a existência de outras quatro inscrições que na sua opinião «não permitem qualquer interpretação» e que não crêem ser romanas: na primeira assinalam o texto AVE, na segunda CI, na terceira SV e na quarta, PAL. A superfície rochosa imediatamente à direita do texto DVER, apresenta-se de facto bastante desgastada pela erosão, mas, além de um muito hipotético e duvidoso O isolado, o que sim é possível distinguir, não sem dificuldade, é uma outra inscrição, igualmente na vertical e paralela a DVER. Com base no decalque efectuado, é possível ler-se VAL com nexo em AL, a que se segue um pequeno traço, eventualmente correspondente a um E (fig. 21). Parece, não obstante, mais verosímil interpretar esta lição como a abreviatura de um nome, neste caso hipoteticamente VAL(erius), do que a fórmula VALE, mais habitual em contextos funerários e que neste caso, parece fugir à lógica dos restantes textos. Esta aceção vê-se corroborada pela iden-



Fig. 22.

tificação de uma nova inscrição, não mencionada pelos autores, imediatamente à sua direita, onde se lê, na horizontal, o nome SVNVA (fig. 22), muito frequente na Lusitânia<sup>39</sup>. Particularmente de difícil leitura é o aparente nexo IR que existe entre VALE e SVNVA, encontrando-se a superfície da rocha muito erosionada nesta zona. Com grandes reticências, avançamos a hipótese de se tratar da continuidade da lição anterior, eventualmente disposta em moldura à semelhança do primeiro texto deste conjunto. Deixamos, no entanto, a questão em aberto<sup>40</sup>.

Propõe-se, assim, a seguinte leitura para este conjunto de textos:

38. SILVA, VAZ, «Novas inscrições rupestres...», *cit.*, p. 82.

39. De que 15 inscrições apresentam o nome completo: *CIL* II, p. 410; *AE* 1960, p. 189; *AE* 1985, p. 520; *AE* 1983, p. 471; *Hep* 13, p. 246; *AE* 2003, p. 885; *Hep* 13, p. 915; *Hep* 13, p. 905; *Hep* 8, p. 65; *ILCoria*, p. 14; *CIL* II, p. 785; *CPILCaceres*, p. 233; *ILCoria*, p. 59; *CIL* II, p. 784; *CPILCaceres*, p. 215; *CIL* II, p. 776; *CPILCáceres*, p. 243; *Hep* 6, p. 1047; *AE* 1978, p. 390; *Hep* 10, p. 111; *AE* 2002, p. 692.

40. Não parece verosímil tratar-se de um eventual signo de *diverticulum*, atendendo ao texto de todo este conjunto de inscrições, cujas características e implantação neste espaço dificilmente permitem a sua classificação no âmbito de contextos funerários. *Vide*, a propósito da relação entre demarcação de limites territoriais e espaços de enterramento, M. MAYER, «H.M.H.N.S.N.L.S. El monumento funerario como confin inamovible», em *Atti del Colloquio AIEGL Misurare il Tempo, Misurare lo Spazio* (Epigrafia e Antichità 25), Faenza 2005, pp. 209-232.



Texto 1 - SAMA(lus) L(ucius?) COVTIANE (filius).

Texto 2 - DVER(ta)

Texto 3 - VALE(?)RI(us)?

Texto 4 - SVNVA

Segundo Silva e Vaz<sup>41</sup>, «na base destas inscrições existe uma pequena plataforma com uma saliência em relação à parede vertical (...) que parece ter funcionado como altar, pois que são ainda perfeitamente visíveis várias covinhas que se alinham com cada uma das epígrafes». Esta observação é particularmente tentadora, sobretudo ao recordarmos Panóias, onde às várias inscrições se associam igualmente, além das cavidades maiores, pequenos buracos de secção circular<sup>42</sup>. Neste caso, porém, a configuração bastante irregular das referidas «covinhas» (fig. 23-24) e o aparente alinhamento de alguma delas em relação ao declive natural da rocha mais favorável ao escoamento de água das chuvas, aconselha prudência.

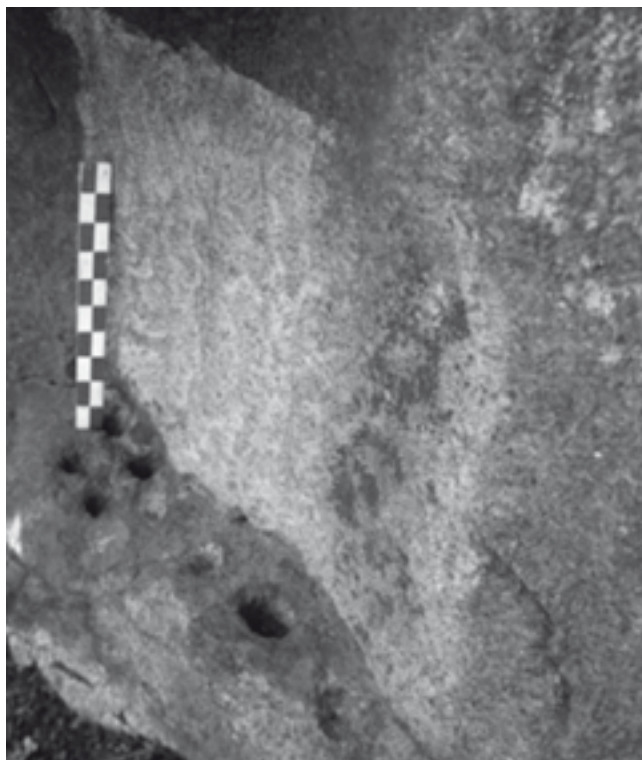
Particularmente interessante é o facto de todas estas inscrições serem constituídas exclusivamente por antropónimos, das quais apenas uma pode ser considerada inequivocamente como votiva, associada, pela imediata proximidade, a uma aparente contagem. Salvaguardadas as devidas distâncias, estes aspectos recordam algo parecido que surge, por exemplo, no santuário de Peñalba de Villastar (Teruel), onde grande parte das inscrições corresponde também apenas a antropónimos indígenas; situação que Alfayé e Marco Simón<sup>43</sup> interpretam da seguinte forma: «by writing their names, these individuals not only worshipped the gods and left a permanent memory of their presence in the sanctuary, they also displayed their own power (...) in relation to the supernatural powers of the place (...); these inscriptions must than be understood as central elements of worship as well».

A adopção da escrita como nova forma cerimonial seria em si mesma uma acção cultural revestida de grande poder, pois tratava-se de gravar o próprio nome, o que de mais pessoal existe, na pedra absoluta e eterna, participando assim da comunhão com as entidades divinas. Neste contexto, não estranha, a gravação do nome de um novo dedicante numa inscrição previamente gravada, como o que supomos testemunhado pela lição CAT da l. 3 da primeira inscrição do local. Por outro lado, o facto de este conjunto de textos encontrar-se situado naquele que parece ser o acesso ao espaço da acrópole poderá estar relacionado com a intenção de sacralizar os seus limites, justamente através da escrita. Outro local que, neste contexto, é imprescindível referir é o sítio de Pias dos Mouros, em Argeriz.

41. SILVA, VAZ, «Novas inscrições rupestres...», *cit.*, p. 79.

42. Destinados a receber libações de sangue, segundo poderemos inferir do texto da primeira inscrição, actualmente desaparecida, mas da qual se conserva o registo e a implantação: «Diis [deabusque templi]/huius. Hostiae, quae ca/ dunt, hic immolatur . /Exta intra quadrata/ contra crematur . Sanguis/ laticulis iuxta/ superfunditur ./ [G(aius) C(.) Calp(urnius) Rufinus v(ir) c(larissimus)]» (CIL II, p. 2395, ALFÖLDY, «Inscripciones, Sacrificios y Mistérios...», *cit.*, p. 253).

43. S. ALFAYÉ VILLA, F. MARCO SIMÓN, «Religion, Language and Identity in Hispania: Celtiberian and Lusitanian Rock Inscriptions», em R. HÄUSSLER (dir.), *Romanisation et Epigraphie. Études interdisciplinaires sur l'acculturation et l'identité dans l'Empire romain* (Archéologie et Histoire Romaine 17), Montagnac 2008, pp. 281-305.



*Fig. 23.*



*Fig. 24*

*As Pias dos Mouros (Argeriz, Valpaços)*

Este local, referido pela primeira vez em 1978 e publicado apenas em 1989<sup>44</sup>, localiza-se nas coordenadas 41°35'26,8"N e 07°23'26,5"W, correspondente a um afloramento granítico pouco destacado do solo, mas de onde se domina todo o vale de Mirandela. Apesar de recentemente publicado na Carta Arqueológica do Concelho de Valpaços<sup>45</sup>, os autores limitam-se a reproduzir as informações e os desenhos de Santos Júnior (fig. 25), sem citação, continuando a faltar o levantamento fotográfico e topográfico deste local, entretanto em curso no âmbito do presente projecto de investigação.

O conjunto, com paralelo directo nas estruturas escavadas da rocha maior de Panóias, assume uma configuração ortogonal e regular, constituído por duas escadas paralelas e simétricas que acedem ao topo da estrutura, onde, precisamente entre as duas escadas e perpendicularmente a estas, foram talhadas duas grandes cavidades rectangulares, a primeira com 2,47 × 0,60 × 0,35 m e a segunda, menor, com 2,02 × 0,60 × 0,40 m (fig. 26). Como em Panóias, as duas cavidades são delimitadas por uma sequencia de entalhes ortogonais, em torno de três dos seus lados, correspondentes muito possivelmente às bases de assentamento de blocos de pedra, característicos das construções romanas, que encerrariam parcialmente esta área, apenas aberta justamente para o acesso a partir das escadas. Relativamente a estas, a escada do lado direito, melhor preservada, apresenta 11 degraus, conservando a escada do lado esquerdo apenas 9. No entanto, a limpeza integral da estrutura e a sua observação atenta, não pôde revelar que isto se tratasse do resultado da destruição parcial das escadas, pelo que é de considerar ser este o número original de degraus.

Junto ao bordo esquerdo da segunda cavidade, Rodríguez Colmenero<sup>46</sup> notifica a existência de letras gravadas, que propõe ler como APADAV, acrescentando que estas parecem estar associadas a outros signos menos reconhecíveis. Em visita ao local, foi efectivamente possível reconhecer a inscrição publicada e, gravada imediatamente acima, possivelmente uma outra, muito erodida e cuja tentativa de leitura é um verdadeiro desafio (fig. 27). Na primeira visita ao local, pareceu ser possível distinguir, na inscrição mais desgastada o texto APRO, que parecia copiado abaixo como APAO. Recentemente, porém — e isto é bem ilustrativo da dificuldade que se coloca à leitura dos textos epigráficos em granito —, a visita nocturna, com recurso a luz rasante, permitiu uma leitura mais clara. Não só permitiu verificar a existência de apenas uma inscrição, como também implicar a revisão da leitura anteriormente feita do texto efectivamente existente, o que de facto aconselha a utilização desta técnica sempre que possível.

44. J.R. SANTOS JÚNIOR, A.M. FREITAS, A.E. COSTA, N. JUNIOR, «O Santuário do Castelo do Mau Vizinho», *Revista de Guimarães* XCIX, 1989, pp. 375-381.

45. A.M. FREITAS, *Carta Arqueológica do Concelho de Valpaços*, Valpaços 2001, pp. 89-94.

46. RODRÍGUEZ COLMENERO, «*Corpus de inscripciones rupestres...*», *cit.*, pp. 77-78.



Fig. 25.

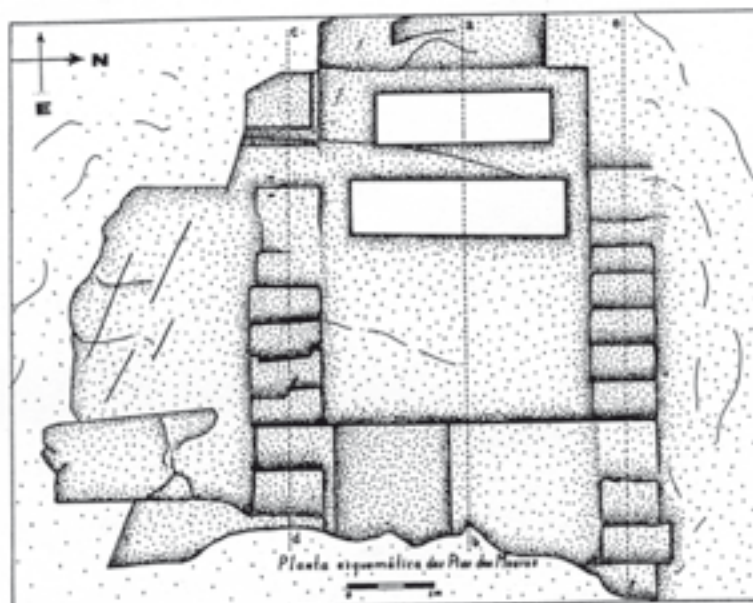


Fig. 26.



Fig. 27.

Muito interessante é ainda referir que alguns achados de superfície na contiguidade do momento são romanos, enquanto outros correspondem a materiais da Idade do Ferro, o que haverá naturalmente de explorar em maior detalhe no futuro.

### Considerações finais

Em suma, a existência deste tipo de sítios em contextos indígenas não romanizados como é o caso de Ulaca; associados a inscrições com onomástica tipicamente indígena, como é o caso de Mogueira ou a invocações de divindades indígenas como poderá ter acontecido em Vilar de Perdizes; sugerem tratar-se de uma expressão de origem pré-romana, que durante a romanização se viria a adaptar a novas formas cerimoniais e, inclusivamente, a novos cânones arquitectónicos.

No entanto, se, por um lado, podemos encontrar paralelos pré-romanos para o uso de cavidades circulares com canais de escoamento, como sejam os casos de Botelhinha (Alijó, Vila Real) ou Laxe das Rodas (Louro, A Coruña), por outro lado, o mesmo não acontece com os degraus. Deveremos, assim, considerar para estas estruturas o que Lambrechts<sup>47</sup> comentava a propósito dos novos conhecimentos

47. P. LAMBRECHTS, *La exaltation de la tête ans la pensée et ans l'art des celtes*, Bruges 1954, p. 28.

trazidos pela Romanização, graças aos quais os elementos e tradições indígenas terão experimentado um desenvolvimento sem precedentes?

A sua datação, porém, mesmo quando existem inscrições, continua a ser um problema. A função dos diversos entalhes lavrados nas rochas que integram estes sítios é também algo impreciso, pois se, para Panóias, temos um autêntico manual de instruções epigráfico, o mesmo não acontece nos restantes e mesmo em Panóias, não se conservam inscrições que documentem, por exemplo, a utilização original das grandes cavidades rectangulares, semelhantes às de Argeriz, ainda que devamos ter presente a existência de estruturas como a de Bouza Fariña, em Pontevedra, de dimensão semelhante e que apresenta claramente gravado num dos seus lados Н O S<sup>48</sup>.

É preciso referir, não obstante, que sítios como Panóias, Vilar de Perdizes ou Argeriz, continuam por escavar, pelo que no futuro, talvez possamos vir a compreender melhor estas realidades, aparentemente liminais entre os mundos, à medida que equacionamos igualmente os testemunhos epigráficos, a partir de perspectivas mais interdisciplinares e contextualizadas.

48. *Corpus de Inscrícionas Romanas de Galicia*, II, Santiago de Compostela 1994, pp. 327-329, n. 139.